

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2017
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações ao Ministro de Minas e Energia sobre a exploração mineral de nióbio no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Sr. Fernando Coelho Filho, Ministro de Minas e Energia, sobre o a exploração de nióbio no Brasil.

Solicita-se que sejam encaminhadas respostas aos seguintes questionamentos:

1 – Quais são as tratativas e regulamentações do MME acerca da exploração do nióbio no país;

2 – Qual é a estimativa do tamanho da reserva técnica desse metal no território brasileiro e quantas minas já estão identificadas;

3 – Quantas minas de nióbio estão sendo exploradas atualmente e quanto isso significa em produção do mineral nos últimos 8 anos;

4 – Qual é a taxa de CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – cobrada pelo nióbio;

4 – Qual o valor da produção de nióbio nos últimos 8 anos e qual foi a arrecadação referente a esse metal para o Governo Federal no período;

5 – Como o Ministério de Minas e Energia vem tratando a exploração do nióbio nos últimos 8 anos.

JUSTIFICATIVA

O nióbio é um recurso estratégico usado na produção de aço especial, proporcionando uma liga de maior resistência, mesmo quando aplicado em

pequenas quantidades. Pelas suas características, o nióbio compõe o aço utilizado em gasodutos, em usinas nucleares, na indústria aeroespacial, entre outras que requerem desempenho superior.

Estima-se que mais de 98% das reservas mundiais do metal estejam em solo brasileiro, sendo que apenas Canadá e Austrália também possuem reservas. Apesar desse percentual, o Brasil não ocupa o mesmo patamar de participação no mercado internacional, tendo 90% da fatia mundial de comercialização do minério.

Segundo informações veiculadas na mídia, a falta de uma política estratégica para exploração do nióbio tem como consequência o desperdício de uma oportunidade para que o Brasil assuma o seu papel de destaque, controlando o ritmo da produção e determinando o preço desse estratégico recurso no mercado global.

Diante dessa fundamentação, solicito o posicionamento do Ministério de Minas e Energia, de forma a elucidar a bancada do PPS e possibilitar uma melhor atuação sobre o assunto.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2017.

Deputado ARNALDO JORDY
PPS/PA